

NOVAS METAS NACIONAIS E EUROPEIAS: CONTRIBUTOS DA REGIÃO CENTRO

NOVEMBRO 2022





Índice

1. Enquadramento	3
2. Monitorização das Metas para 2020	5
3. Monitorização das Metas para 2030	6
3.1. Pilar Europeu dos Direitos Sociais	6
3.2. Sociedade do conhecimento	15
3.3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos	17

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Novas metas nacionais e europeias:
contributos da Região Centro

EDITOR

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

DATA DE EDIÇÃO

Novembro de 2022

Perante um novo horizonte temporal, este é o momento de avaliar o contributo da Região Centro para as metas europeias assumidas no âmbito do Estratégia Europa 2020 e iniciar a monitorização do contributo regional para as novas metas 2030, com enfoque nas metas sociais e digitais, vertidas em vários planos setoriais.



NOVAS METAS NACIONAIS E EUROPEIAS: CONTRIBUTOS DA REGIÃO CENTRO

1. ENQUADRAMENTO

A Estratégia Europa 2020 (EE2020) procurou promover, ao longo da última década, uma trajetória de crescimento inteligente, assente no conhecimento e inovação; crescimento sustentável, apoiado numa economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva; crescimento inclusivo, indutor de níveis elevados de emprego, qualificações e coesão social e territorial. Estas prioridades traduziram-se em oito metas europeias, que por sua vez levaram Portugal a assumir também as suas metas nacionais e a Região Centro a monitorizar os seus contributos para o seu cumprimento.

Para 2030, a União Europeia (UE) optou por assumir um conjunto diverso, mas integrado, de instrumentos de política, alinhados com as suas orientações políticas para 2019-2024, mas que vão além deste período.

Assim, com o objetivo de enfrentar os desafios para esta década, foram estabelecidas seis grandes prioridades ou ambições: 1. Um Pacto Ecológico Europeu; 2. Uma economia ao serviço das pessoas; 3. Uma Europa preparada para a era digital; 4. Proteger o modo de vida europeu; 5. Uma Europa mais forte no mundo. 6. Um novo impulso para a democracia europeia.

Destacam-se aqui três dos instrumentos mais relevantes, que entroncam na EE2020 e que alavancam as ambições europeias em matéria social, ambiental e digital através de novas metas e objetivos:

» a apresentação do *'Pacto Ecológico Europeu'*¹, em dezembro de 2019, em que se ampliaram as ambições da UE em matéria de energia e clima para 2030 e 2050;

» a apresentação do *'Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais'*² (PEDS), em março de 2021, em que foram propostas novas ou renovadas metas europeias, que por sua vez se desdobram em várias submetas e objetivos, cabendo aos Estados Membros apresentar os seus compromissos para 2030;

» a apresentação da Estratégia para a transformação digital da Europa *'O caminho europeu para a década digital– Bússola Digital 2030'*³, também em março de 2021, cuja visão para a década digital europeia se desenvolve em torno de quatro pontos fundamentais e respetivas metas: Competências, Transformação digital das empresas, Infraestruturas digitais seguras e sustentáveis e Digitalização dos serviços públicos.

Portugal, por sua vez, respondeu a estes desafios com as quatro agendas temáticas da [Estratégia Portugal 2030](#): 1. as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; 2. digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; 3. transição climática e sustentabilidade dos recursos; 4. um país competitivo externamente e coeso internamente.

¹ COM/2019/640 final

² COM/2021/102 final

³ COM/2021/118 final

Estas agendas aportam um conjunto de instrumentos de estratégia, planeamento e financiamento diversos. Relativamente a este último, o destaque vai para o quadro financeiro plurianual 2021-2027, sendo promovidas sinergias e complementaridades entre fontes de financiamento europeu, salvaguardando o risco de duplo financiamento.

Quanto aos instrumentos de planeamento, destacam-se aqui o **Plano de Ação para a Transição Digital**, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril, e que reflete a estratégia definida para a transição digital; a **Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030** (ENCP), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro, e que visa a erradicação da pobreza, enquadrada no desafio estratégico de redução das desigualdades; ou o **Plano Nacional de Energia e Clima 2030** (PNEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, que é o principal instrumento de política energética e climática para esta década, rumo a um futuro neutro em carbono.

À semelhança do país, tendo em conta os desafios nacionais e europeus e as especificidades regionais, a Região Centro iniciou um exercício coletivo de reflexão e discussão de prioridades, no início de 2020, que foi amplamente participado pelos agentes da região. A 4 de novembro de 2020, foi aprovada pelo Conselho Regional a [“Visão Estratégica para a Região Centro 2030”](#), que assume oito prioridades estratégicas (ver síntese no anexo 1) numa visão integrada para o horizonte 2030, vertida em cinco desígnios: 1) reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorialmente inclusivo; 2) promover a capacitação para a resiliência dos territórios; 3) liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável; 4) aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano; e 5) organizar a oferta de qualificações e competências.

Em abril de 2021, também a [Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro](#) (RIS3 do Centro) foi revista e aprovada em reunião pelo Conselho Coordenador da RIS3 do Centro.

Este período de transição, propenso a balanços, diagnósticos e estabelecimento de novas metas e desafios, coincidiu com uma crise sanitária sem precedentes no mundo moderno, provocada pela pandemia COVID19. Os impactos transversais espoletados levaram as instituições europeias a seguir uma dupla abordagem: i) lançar novas iniciativas e programas de forma a mitigar os efeitos da pandemia na saúde pública, na economia e na sociedade; ii) mobilizar instrumentos de política já existentes, afetando recursos às novas necessidades da economia e da sociedade, mas mantendo o foco e a direção das suas orientações políticas, nomeadamente advogando por uma transição justa para uma economia verde e digital.

No início de 2022, a invasão russa à Ucrânia é outro evento inesperado, com consequências visíveis no setor energético e alimentar e com impactos imediatos na economia e na sociedade, contando já com medidas públicas extraordinárias para a contenção desses efeitos. De referir o [Plano REPowerEU](#), apresentado pela Comissão Europeia⁴ em resposta às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas por este acontecimento, e que visa a poupança energética; a produção de energia limpa; e a diversificação do aprovisionamento energético.

Estes eventos, ambos inesperados e com consequências imprevisíveis, tornam qualquer exercício de diagnóstico e análise prospetiva num exercício complexo e sujeito a mais momentos de revisão e reflexão, acrescentando ainda o facto de atualmente se combinar informação que reportam a anos recentes, mas a realidades distintas.

À escala regional, com um diagnóstico assente em informação pré-pandémica e pandémica, pré e pós invasão russa, e com a mitigação de efeitos negativos pelos apoios atribuídos às empresas e às famílias, não se conhece ainda a verdadeira dimensão dos impactos destes eventos, tornando o exercício de planeamento territorial para os próximos anos mais complexo e sujeito a exercícios de revisão e ajustes.

⁴ COM/2022/230 final

No entanto, num contexto fortemente marcado pela incerteza e pelo questionamento sobre a hierarquização das prioridades, é nosso entendimento que também a Região Centro deve manter o foco e a direção das suas orientações políticas, nomeadamente os desígnios e as prioridades estratégicas que já tinha apresentado como as suas ambições para o futuro, não obstante eventuais reforços nalgumas dimensões que têm vindo a ganhar destaque com a crise sanitária, como a dimensão social (incluindo aqui a saúde), ou como a recuperação da economia.

Apresenta-se, de seguida, um breve balanço dos compromissos assumidos na EE2020 e, na sua sequência, colocam-se em perspetiva as futuras metas sociais, digitais e ambientais e respetivos compromissos em discussão.

2. MONITORIZAÇÃO DAS METAS PARA 2020

Em 2010, a Comissão Europeia lançou a Estratégia Europa 2020, assente em oito metas distribuídas pelos vários domínios de intervenção considerados prioritários a nível europeu.

Portugal procurou acompanhar esta ambição, adotando muitas das metas propostas para a década e, conforme quadro síntese abaixo, superou a maioria, com a pandemia COVID-19 a impedir o cumprimento da meta do emprego.

No **crescimento inteligente**, a meta do investimento em I&D revelou-se demasiado ambiciosa, apesar da evolução favorável registada nos últimos anos. A Região Centro acompanhou esta tendência positiva, ainda que com valores abaixo da média nacional. Quanto ao abandono precoce de educação e formação, Portugal superou a meta nacional/europeia dos 10%, com a Região Centro a apresentar um resultado bastante positivo no contexto nacional (de 6% em 2020 face a 20,3% em 2011), impondo-se agora a necessidade de consolidar o êxito alcançado na década passada. Quanto aos diplomados com ensino superior no grupo etário 30-34 anos, Portugal praticamente atingiu a meta nacional/europeia dos 40%, com a Região Centro a ficar abaixo desta ambição (33,8% em 2020), apesar da evolução positiva ao longo da década (23,6% em 2011). Importa, por isso, continuar este trabalho de dotar de qualificações superiores a população da região, sendo, no entanto, um desafio de médio e longo-prazo.

No **crescimento inclusivo**, a taxa de emprego proposta foi atingida em Portugal em 2019 (75,5%) e na Região Centro em 2018 e 2019 (75,2% e 76,5%), mas, em 2020, com a crise pandémica, os níveis de emprego recuaram, tendo, entretanto, já recuperado novamente. Já a meta nacional de reduzir a população em risco de pobreza ou exclusão social em 200 mil pessoas foi largamente ultrapassada, com mais de 700 mil pessoas a superar esta condição face ao registo de 2008. A Região Centro apenas conta com a disponibilidade deste indicador composto desde 2018, tendo entre este ano e 2020 reduzido quase 80 mil pessoas nesta situação.

Quanto ao **crescimento sustentável**, Portugal cumpriu as metas a que se propôs, destacando-se aqui a meta das energias renováveis. Não só Portugal assumiu uma meta superior à europeia (31% versus 20%), como ainda a superou com vantagem, com 34% do consumo de energia final em 2020 a vir de fontes renováveis – sobretudo, de três fontes: biomassa, hídrica e eólica. Este indicador não se encontra regionalizado ao nível NUTS II.

RESUMO DAS METAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020 E A SITUAÇÃO DA REGIÃO CENTRO, DE PORTUGAL E DA UNIÃO EUROPEIA

Indicador		Região Centro			Portugal		União Europeia	
		2018	2019	2020	2020	Meta 2020	2020	Meta 2020
Crescimento inteligente	Investimento em I&D em % do PIB	1,30%	1,36%	1,43%	1,62%	2,7%	2,3%	3,0%
	Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos)	10,5%	7,9%	6,0%	8,9%	<10%	9,9%	<10%
	Diplomados com ensino superior ou equivalente (30-34 anos)	35,5%	36,5%	33,8%	39,6%	≥40%	41,0%	≥40%
Crescimento inclusivo	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75,2%	76,5%	73,9%	74,2%	≥75%	72,5%	≥75%
	Pessoas em risco pobreza ou exclusão social (variação % face a 2008; face a 2018 no Centro)	n.a.	- 58 mil	- 78 mil	- 720 mil	- 200 mil	- 6,515 milhões	- 20 milhões
Crescimento sustentável	Emissões de Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	n.r.	n.r.	n.r.	85,5% (2019)	<101%	89,8% (2019)	<90,7%
	% Energias renováveis no consumo de energia final	n.r.	n.r.	n.r.	34,0%	≥31%	22,1%	≥20%
	Eficiência Energética (ganho no consumo de energia primária em Mtep)	n.r.	n.r.	n.r.	19,5 Mtep	<22,5 Mtep	1.236,5 Mtep	<1.483 Mtep

Fontes: INE e Eurostat (n.r.: não regionalizado)
Atualização: 05/07/2022

Com as três grandes prioridades europeias a reforçarem-se mutuamente, promovendo o crescimento e o emprego, os Estados Membros refletiram as suas estratégias e monitorizaram os progressos alcançados anualmente nas várias metas estabelecidas através dos Programas Nacionais de Reformas (PNR). Portugal também o fez, mas apenas ao nível nacional, sem desagregação regional.

3. MONITORIZAÇÃO DAS METAS PARA 2030

Para a atual década, o Programa Nacional de Reformas (PNR) volta a ser o instrumento privilegiado da resposta nacional às instituições europeias, apresentando a estratégia de médio prazo do Governo para o desenvolvimento do país, descrevendo as políticas públicas nacionais que procuram responder aos principais desafios económicos e sociais, respondendo sobre a coerência das opções de política à luz das recomendações específicas por país (REP) dirigidas a Portugal no âmbito do Semestre Europeu, e mais uma vez monitorizando os progressos nas metas entretanto assumidas, conforme [Programa Nacional de Reformas 2022](#).

Na sequência dos compromissos já assumidos por Portugal, procuraremos detalhar as metas sociais e ambientais apresentadas nos respetivos domínios estratégicos e eixos de intervenção, e que dão seguimento ao percurso iniciado em 2010. Assim, nos pontos seguintes serão apresentadas as metas e o respetivo posicionamento regional relativamente ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, à sociedade do conhecimento e à transição climática e sustentabilidade dos recursos.

3.1. Pilar Europeu dos Direitos Sociais

No início de 2021, a Comissão Europeia (CE) apresentou o [Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) (PA-PEDS), visando sistematizar as ações a levar a cabo pela Comissão, tendo em vista a efetiva implementação dos vinte princípios e direitos fundamentais em que assenta, estruturados em torno de três domínios: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas; proteção social e inclusão social.

Este Plano foi aprovado ao Alto Nível na [Cimeira Social do Porto](#), realizada a 7 e 8 de maio de 2021, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, conforme [Compromisso Social do Porto](#), numa união de esforços para criar sinergias para uma recuperação inclusiva, sustentável, justa e criadora de empregos. Prevendo-se uma revisão do Plano em 2025, foram propostas três metas principais e várias submetas a atingir até 2030 ao nível europeu, com Portugal já a apresentar os objetivos e metas nacionais. A lista de indicadores encontra-se em anexo (Anexo 2).

3.1.1 Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

Metas para a UE	Metas para Portugal
Pelo menos 60 % de todos os adultos deverão participar anualmente em ações de formação	Convergir com a meta europeia de pelo menos 60% de todos os adultos deverem participar em ações de educação e formação
Pelo menos 80% de população 16-74 deve ter competências digitais básicas Pelo menos 20 milhões de especialistas em TIC a trabalhar na UE, devendo as mulheres assumir uma maior proporção desses empregos	80% de indivíduos com competências digitais básicas ou mais do que básicas 8% de especialistas em TIC no emprego 25 diplomados do Ensino Superior em CTEM por mil habitantes (20-29 anos) Fonte: INCoDE.2030 Potencial Humano
Reduzir abandono precoce e aumentar participação no secundário	Combater o abandono e insucesso escolar, reduzindo para menos de 5% a taxa de abandono precoce na educação e formação Aumentar a proporção da população adulta com, pelo menos, o ensino secundário concluído para 70% até 2030 (e alcançar 55% dos diplomados por via da dupla certificação) Ao nível das qualificações superiores: Atingir 60% da população com 20 anos a participar no ensino superior Aumentar para, pelo menos, 50% a proporção da população na faixa etária entre os 30 e os 34 anos com ensino superior concluído

A nível europeu, assumiu-se o compromisso de investir nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na formação, de modo a responder às necessidades económicas e sociais, fomentando a aquisição de competências, a requalificação, a empregabilidade e a inovação.

A este domínio do Pilar corresponde o domínio estratégico Qualificação dos Recursos Humanos, da agenda temática “Digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento”. Segundo o PNR 2022, é ambição nacional reforçar as qualificações e as competências dos portugueses, contribuindo para um mercado de trabalho com altos níveis de emprego e disponibilidade de recursos humanos. Os destaques apresentados em termos de política pública são: a procura e oferta de qualificações nas áreas da digitalização; medidas de política que visam alinhar as qualificações iniciais dos jovens com as novas especializações económicas, desde logo nas competências digitais; a formação profissional contínua e a aprendizagem ao longo da vida; bem como o combate à segregação nas profissões entre mulheres e homens.

A nível regional, este domínio articula-se com a Prioridade Estratégica 7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e da população em geral, presente na estratégia regional para 2030, que tem como

objetivos, entre outros, definir e implementar estratégias regionais e sub-regionais de educação, formação e aprendizagem ao longo da vida, que incidam no combate ao abandono precoce da educação e formação e ao insucesso escolar, como forma de garantir igualdade de oportunidades; e na aposta em formação e qualificação iniciais de jovens, incremento da qualidade do ensino profissional e formação de ativos (*reskilling* e *upskilling*).

A principal meta assumida neste domínio é a de que pelo menos 60% dos europeus devem participar anualmente em ações de formação, com Portugal a convergir com esta meta, uma vez que o baixo nível médio de qualificações da mão-de-obra continua a inibir a produtividade e a competitividade. O indicador usado resulta de uma fonte de informação quinquenal, o Inquérito à educação e formação de adultos, com Portugal a registar em 2016 um nível anual de participação que se situa nos 38%, segundo o Eurostat (UE-27 obtém 37%). A partir de 2023, pretende-se usar o Inquérito ao Emprego como fonte, mas a meta terá de ser reajustada, pois segundo esta fonte, em 2021, a taxa nacional de participação de adultos (25-64 anos) em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) era de 12,9% e no Centro de 13,2%.

Relativamente às competências digitais, também há convergência na meta para 2030 de ter pelo menos 80% das pessoas entre 16 e 74 anos com competências digitais básicas ou mais do que básicas. Em 2021, primeiro ano com informação regionalizada, Portugal registou 55,3% e a Região Centro 53%. A UE pretende ainda ter pelo menos 20 milhões de especialistas em TIC a trabalhar em 2030, devendo as mulheres assumir uma maior proporção desses empregos. Portugal tem cerca de 133 mil pessoas ao serviço em atividades de TIC (3,21%), em 2020, estabelecendo-se como meta atingir 8% em 2030. Destas, 12.511 estão na Região Centro (1,76%). De notar que, em 2009, a Região Centro tinha apenas 6.671, cerca de metade do valor mais recente.

GRÁFICO 1. PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS (16-74 ANOS) COM COMPETÊNCIAS DIGITAIS NÍVEL BÁSICO OU ACIMA DE BÁSICO (%)

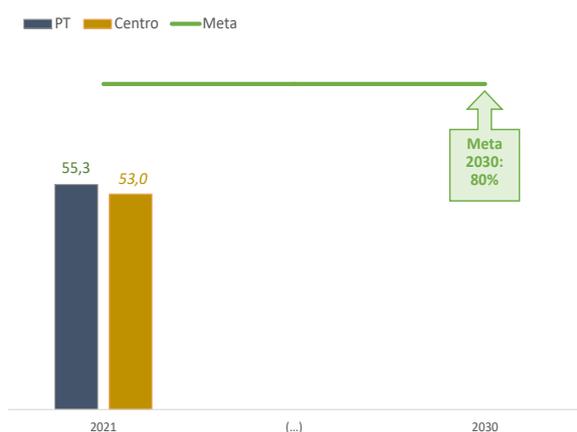
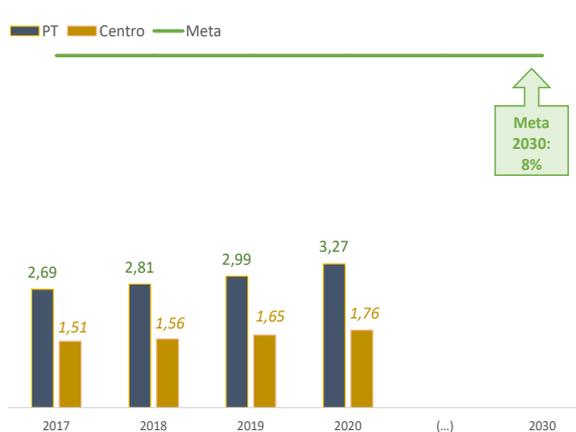


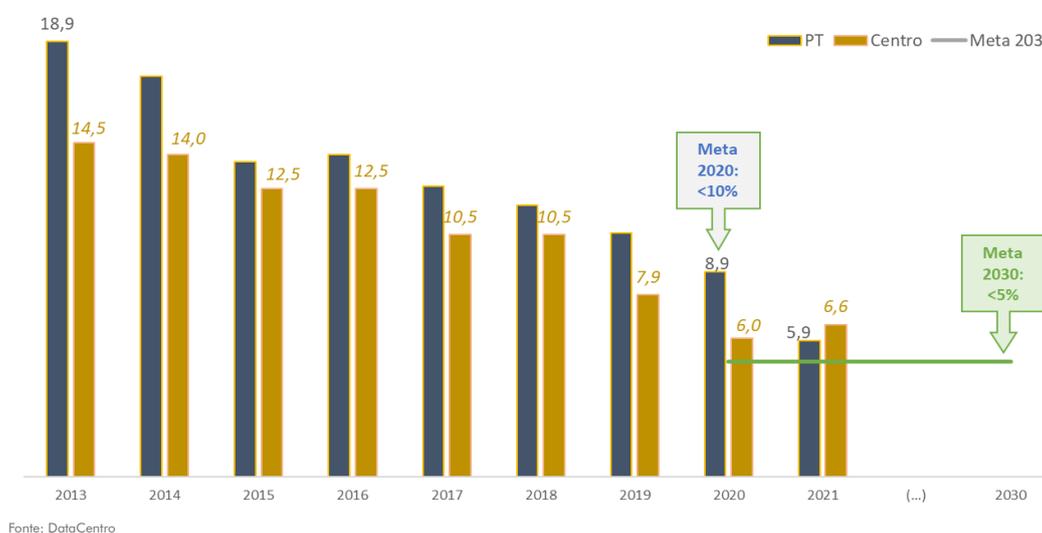
GRÁFICO 2. PROPORÇÃO DE PESSOAL AO SERVIÇO EM ATIVIDADES DE TIC (%)



Fonte: INE

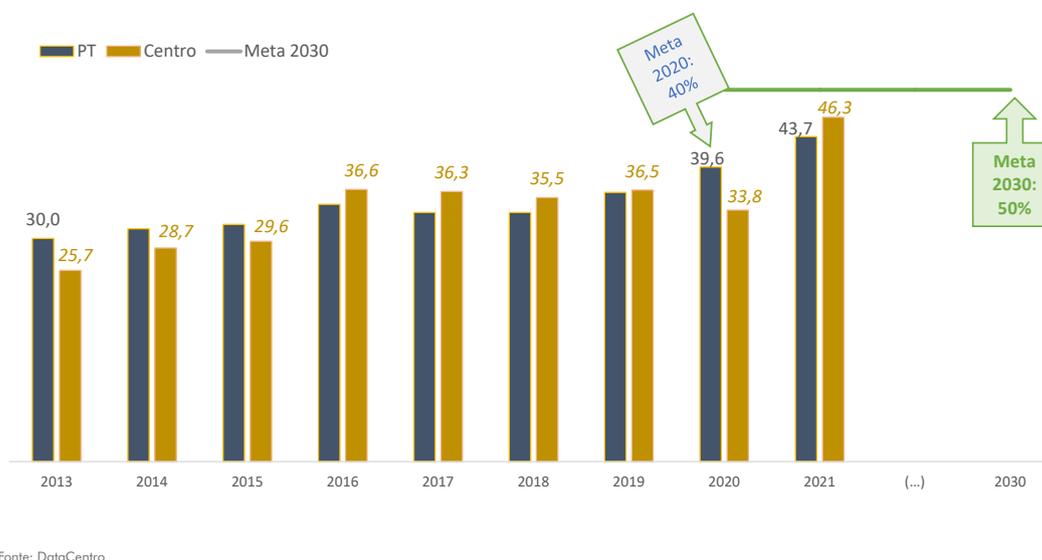
Em termos de abandono escolar precoce, tanto Portugal como a Região Centro atingiram a meta para 2020, com 8,9% e 6,0% em 2020, respetivamente. Não havendo meta europeia quantificada para 2030, Portugal pretende continuar o esforço iniciado já nos anos 2000, reduzindo para menos de 5% esta taxa até 2030. Em 2021, o Centro registou um ligeiro aumento para 6,6%, enquanto o país viu a sua taxa baixar para 5,9%. Relativamente ao secundário, e sendo Portugal um dos países europeus que apresentam maior proporção de adultos, entre os 25 e os 64 anos, que não completaram o ensino secundário (em 2021, 40,5% e a Região Centro 43,7%), definiu-se como meta nacional que pelo menos 70% da população adulta tenha o ensino secundário concluído até 2030.

GRÁFICO 3. TAXA DE ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (18-24 ANOS) (%)



Quanto à escolarização de nível superior, Portugal ficou muito próximo da meta com 39,6% em 2020, ao passo que o Centro registou 33,8%. Também aqui, Portugal adota uma meta, desta feita aumentar para, pelo menos, 50% a proporção da população na faixa etária entre os 30 e os 34 anos com ensino superior concluído em 2030.

GRÁFICO 4. TAXA DE ESCOLARIDADE DO NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR (30-34 ANOS) (%)



Os resultados de 2021 indicam uma forte recuperação de Portugal e da Região Centro neste indicador, 43,7% e 46,3%, respetivamente. O país estabeleceu ainda como meta para 2030 atingir 60% da população com 20 anos a participar no ensino superior.

3.1.2 Condições de trabalho justas

Metas para a UE	Metas para Portugal
Pelo menos 78 % da população entre os 20 e os 64 anos deverão ter emprego	Atingir uma taxa de emprego de pelo menos 80% em 2030
Reduzir para metade a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres, tendo por referência o ano de 2019	Reduzir para menos de 3 p.p. a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres, face aos valores de 2020
Aumentar a disponibilidade de serviços de apoio à infância (0-5 anos)	
Reduzir a taxa de jovens (15-29 anos) NEET (sem emprego, educação ou formação) de 12,6% (em 2019) para 9% (em 2030)	Reduzir a taxa de jovens NEET (15-29 anos) para intervalo entre 7% e 8%

Neste domínio, o compromisso social europeu apelou a que se promova a recuperação do mercado de trabalho e a criação de empregos de qualidade, enquanto pedra angular do desenvolvimento económico e social.

Em termos nacionais, a correspondência é com o domínio estratégico Promoção da inclusão e luta contra a exclusão, da agenda temática “As Pessoas Primeiro”, assumindo-se que as políticas públicas envolverão aqui como eixos de intervenção promover o emprego, a empregabilidade e a inclusão de todos; promover a criação do próprio emprego, de empresas e o empreendedorismo social, entre outras.

Em termos regionais, este domínio encontra correspondência com a Prioridade Estratégica 1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação, através do objetivo que visa a reindustrialização, orientada por sustentabilidade, conhecimento e emprego mais qualificado; com a Prioridade Estratégica 6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais, pela promoção do acesso a serviços sociais de interesse geral (apoio social, emprego, educação, saúde, habitação social) de qualidade, em particular nos territórios mais vulneráveis; e com a Prioridade Estratégica 7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e da população em geral, nomeadamente através de objetivos como a disseminação de competências digitais e a criação de melhores condições de trabalho para evitar a saída de quadros qualificados.

A meta europeia aqui assumida é a de alcançar uma taxa de emprego mínima de 78% no grupo 20 a 64 anos, implicando ainda reduzir pelo menos para metade as disparidades de género no emprego, além de reduzir a taxa de NEET (jovens que não estão em educação, formação ou emprego – Not in Education, Employment or Training) para um valor inferior a 9%.

GRÁFICO 5. TAXA DE EMPREGO (20-64 ANOS) (%)

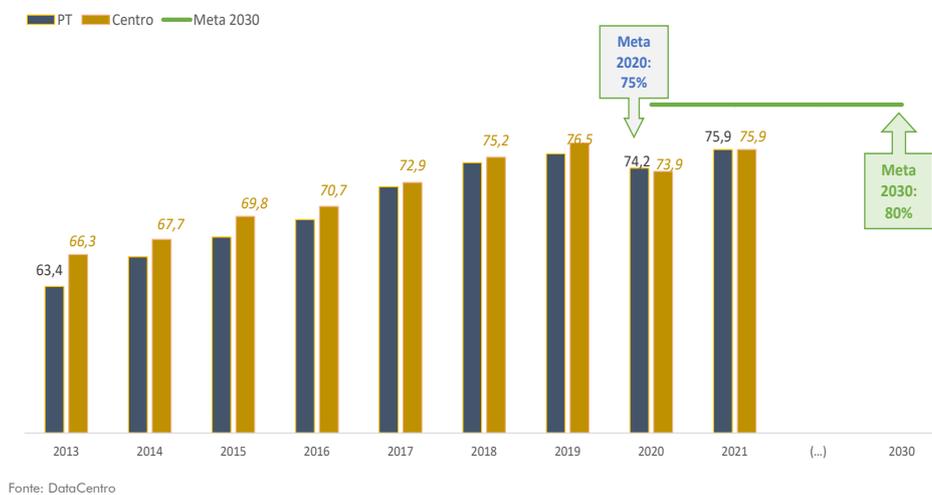


GRÁFICO 5.A DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS DE EMPREGO DE HOMENS E MULHERES (20-64 ANOS) (P.P.)

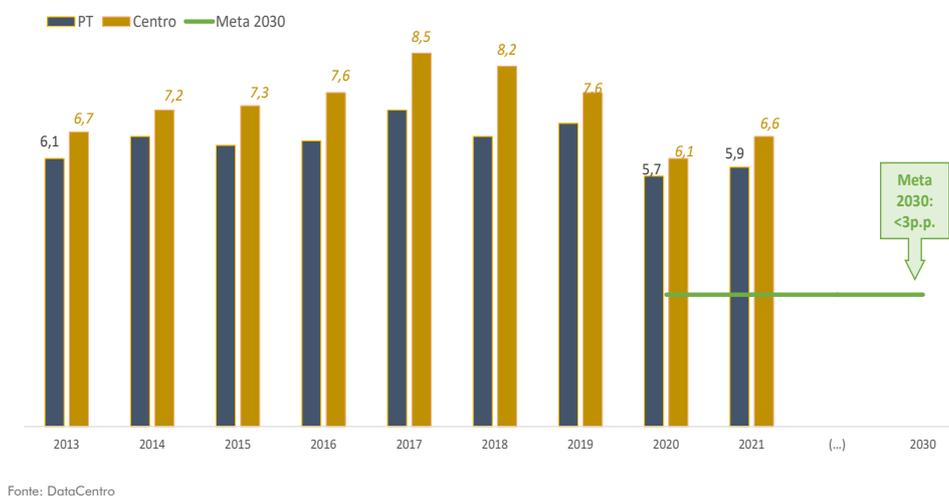
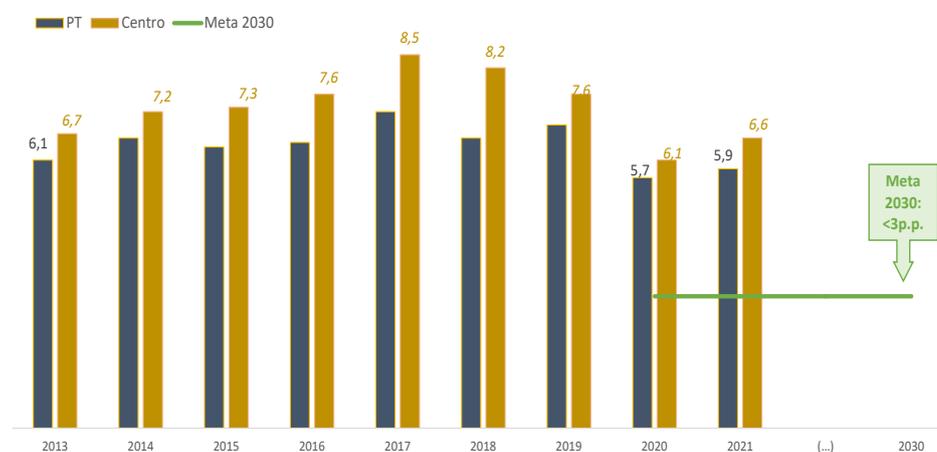


GRÁFICO 6. JOVENS QUE NÃO ESTÃO EMPREGADOS NEM EM EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (15-29 ANOS) (%)



Fonte: Eurostat (nota: INE não disponibiliza este intervalo etário)

A nova meta nacional é mais ambiciosa que a europeia, isto é, atingir uma taxa de emprego de pelo menos 80% em 2030, estabelecendo como submetas reduzir para menos de 3 pontos percentuais (p.p.) a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres, face aos valores de 2020 (quando PT registou uma diferença de 5,7 p.p. e o Centro 6,1 p.p.); e reduzir a taxa de jovens NEET (15-29 anos) para o intervalo entre 7% e 8% (9,5% em PT e 9,8% no Centro, em 2021, segundo o Eurostat).

Na Estratégia Europa 2020, Portugal convergiu com a meta europeia do emprego de 75%, mas devido ao impacto provocado pela pandemia COVID19 no mercado de trabalho, não conseguiu atingi-la: registou uma taxa de emprego de 74,2% em 2020, ao passo que no Centro foi de 73,9%, um valor inferior ao observado nos dois anos anteriores. Contudo, em 2021, a região e o país recuperaram, obtendo o mesmo registo, 75,9%.

3.1.3 Proteção Social e Inclusão Social

Metas para a UE	Metas para Portugal
O número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social deverá diminuir pelo menos 15 milhões	Reduzir a taxa de pobreza monetária para o conjunto da população para 10%, o que representa uma redução de 660 mil pessoas em situação de pobreza
Dos 15 milhões, 5 milhões devem ser crianças	Reduzir para metade a pobreza monetária no grupo das crianças, o que representa uma redução de 170 mil crianças em situação de pobreza
	Aproximar indicador de privação material infantil à média europeia, em pontos percentuais
	Reduzir para metade a taxa de pobreza monetária dos trabalhadores pobres, o que representa uma redução de 230 mil trabalhadores em situação de pobreza;
	Reduzir a disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios até ao máximo de 3 pontos percentuais em relação à taxa média nacional

O compromisso social aqui assumido foi o de promover uma inclusão social adequada e políticas de proteção social que, até 2030, reduzam a população a viver em situação de pobreza ou de exclusão social em pelo menos 15 milhões de pessoas (por comparação com os números de 2019), incluindo 5 milhões de crianças, com especial empenho em quebrar o ciclo geracional da pobreza e em aumentar a mobilidade social.

Em termos nacionais, a correspondência é com o domínio estratégico Promoção da inclusão e luta contra a exclusão, da agenda temática “As Pessoas Primeiro”, tendo como objetivo promover uma sociedade coesa e mitigar os riscos de exclusão. O eixo de intervenção que importa aqui reter é o combate à pobreza e exclusão social. A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) é o instrumento que enquadra as intervenções temáticas destinadas a grupos específicos, na perspetiva dos ciclos de vida, incluindo os grupos mais vulneráveis. Estabelece ainda as condições para a elaboração e execução de políticas integradas focalizadas nas especificidades da exclusão social e da pobreza a nível local, propondo um conjunto de metas e indicadores que comprometem o país.

Em termos regionais, este domínio corresponde à Prioridade Estratégica 6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais, que visa definir e implementar estratégias regionais e sub-regionais de combate à exclusão social e desigualdades de grupos sociais e territórios, nomeadamente a população em situação de sem-abrigo, os migrantes, as populações ciganas ou as pessoas com deficiência; desenvolver um modelo territorial flexível capaz de responder a necessidades específicas de grupos sociais e territórios; e promover o acesso a serviços sociais de interesse geral (apoio social, emprego, educação, saúde, habitação social) de qualidade, em particular nos territórios mais vulneráveis.

A meta da EE2020 era retirar 20 milhões de cidadãos europeus do risco de pobreza e de exclusão⁵, com Portugal a assumir retirar 200 mil portugueses dessa situação. Portugal superou largamente a meta a que se propôs, tendo reduzido de 2,757 milhões de portugueses em risco de pobreza ou exclusão social em 2008 (ano de referência para a meta, equivalendo a 26% da população residente) para 2,037 milhões de portugueses ainda nessa situação em 2020 (19,8%), uma redução de cerca de 720 mil pessoas. Este indicador está disponível para o Centro apenas desde 2018, estimando-se que, nesse ano, a população

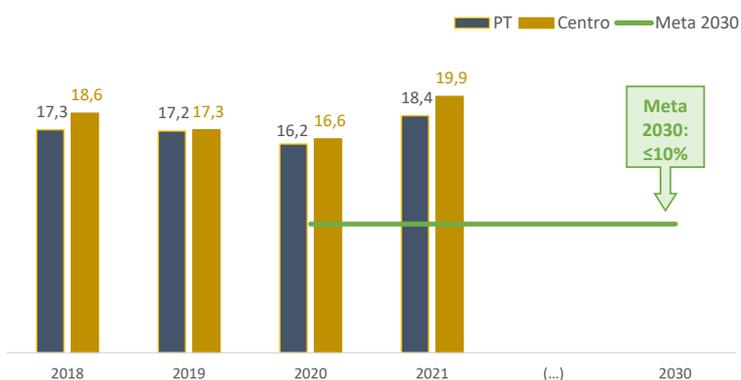
5 Indicador composto que combina três indicadores: indivíduos em risco de pobreza monetária ou vivendo em agregados com muito baixa intensidade de trabalho ou em situação de privação material e social severa.

em risco de pobreza ou exclusão social fosse de 514 mil pessoas (representando um peso de 23,1% no total nacional), diminuindo para cerca de 430 mil pessoas em 2020 (ou seja, 21,1% da população nacional nessa situação), traduzindo uma diminuição de cerca de 80 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão na região em apenas dois anos.

Esta tendência extremamente positiva está agora em perigo face aos impactos sociais decorrentes da crise sanitária e da guerra na Europa. Ainda assim, a meta europeia já assumida para 2030 é de reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em pelo menos 15 milhões de pessoas, entre as quais 5 milhões de crianças.

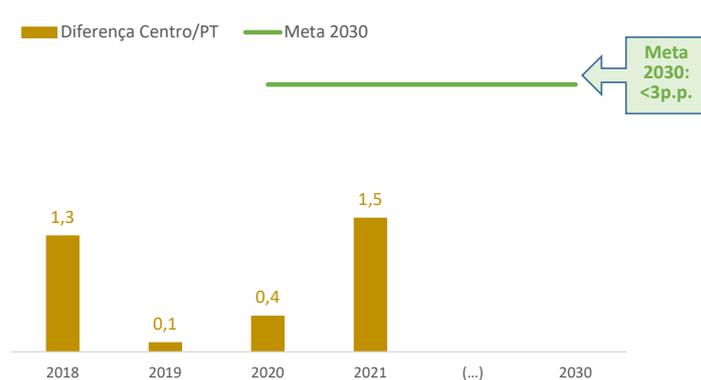
As metas nacionais, por sua vez, são bastante ambiciosas, uma vez que Portugal optou por ter como indicador central um dos 3 indicadores que sustentam o indicador composto escolhido a nível europeu (risco de pobreza ou exclusão social). No caso, Portugal optou pela 'taxa de risco de pobreza monetária' – o que maior peso tem das três componentes na realidade nacional. As metas nacionais são as seguintes: reduzir a taxa de pobreza monetária para o conjunto da população para 10%, o que representa uma redução de 660 mil pessoas em situação de pobreza, tendo por base os dados disponíveis em 2019⁶; reduzir para metade a pobreza monetária no grupo das crianças, o que representa uma redução de 170 mil crianças em situação de pobreza e aproximar o indicador de privação material infantil à média europeia, em pontos percentuais; reduzir para metade a taxa de pobreza monetária dos trabalhadores pobres, o que representa uma redução de 230 mil trabalhadores em situação de pobreza; e reduzir a disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios até ao máximo de 3 pontos percentuais em relação à taxa média nacional.

GRÁFICO 7. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA MONETÁRIA (%)



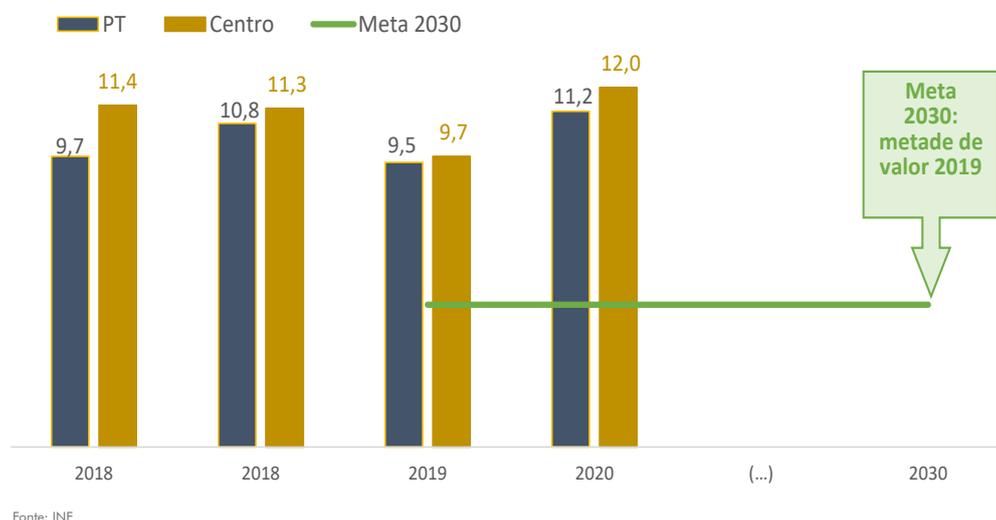
Fonte: DataCentro

GRÁFICO 7A. DISPARIDADE DA TAXA DE POBREZA REGIONAL FACE À NACIONAL (P.P.)



⁶ Face ao aumento da população em risco de pobreza monetária em 2020, passando de 16,2% para 18,4%, Portugal tem agora que retirar desta situação 865 mil pessoas até 2030 para cumprir a meta nacional.

GRÁFICO 8. TAXA DE RISCO DE POBREZA MONETÁRIA DA POPULAÇÃO EMPREGADA (18+ ANOS) (%)



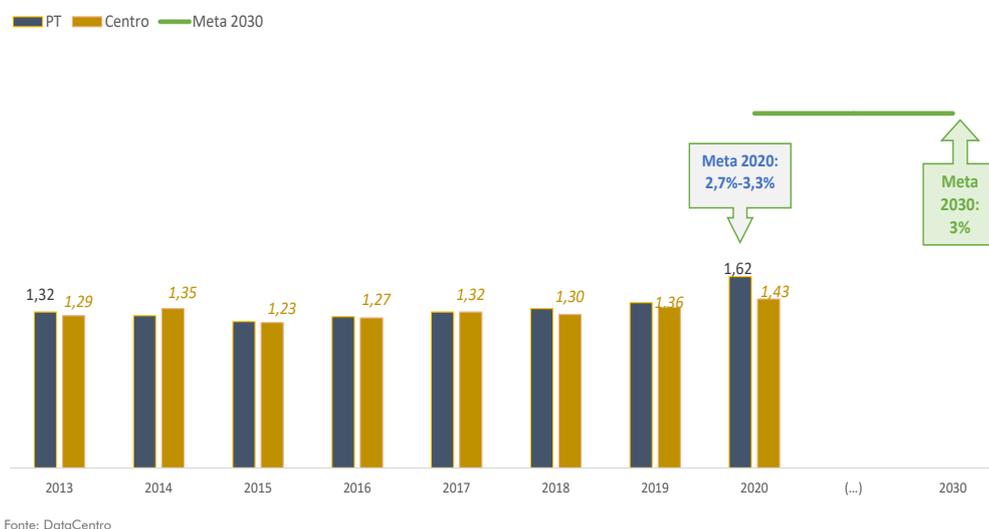
Dada a indisponibilidade desta informação desagregada por grupo etário, não é possível monitorizar as metas relativas à população com menos de 18 anos.

3.2. Sociedade do conhecimento

Ainda na agenda temática “Digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento”, encontra-se o domínio estratégico Promoção de uma sociedade do conhecimento, que tem como eixos de intervenção o reforço da capacidade de produção de conhecimento, e estímulo à investigação e inovação; reforço da transferência de conhecimento entre as entidades não-empresariais do Sistema de Inovação e Investigação (I&I) e o sistema produtivo.

Ao nível da intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D), a meta nacional para 2030 aponta para uma despesa em I&D equivalente a 3% do PIB (1/3 da despesa pública e 2/3 privada). Porém, na EE2020 já se assumia como objetivo que as despesas de I&D fossem de, pelo menos, 3% do PIB da UE (mais concretamente entre 2,7% e 3,3%), com Portugal a alinhar-se com esta meta, tendo o resultado ficado aquém do esperado. De facto, o investimento nacional em I&D diminuiu continuamente até 2015 e aumentou desde então, registando 1,62% em 2020, estando, no entanto, ainda longe da meta proposta. A Região Centro também tem vindo a aumentar a despesa com a I&D, tendo registado 1,43% em 2020.

GRÁFICO 9. PROPORÇÃO DA DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D) NO PIB (%)



Em 2019, a região elevou o seu estatuto para o patamar das regiões fortemente inovadoras, no Regional Innovation Scoreboard, mas, em 2021, foi classificada como inovadora moderada. Este desempenho iguala agora a classificação do país e posiciona-se bastante abaixo da média da UE em 2021 (78,8%). No total das 240 regiões europeias localiza-se na 157.^a posição, com todas as regiões Portuguesas a piorar o seu desempenho face à média europeia na edição 2021. Para o posicionamento do Centro contribuiu, por um lado, o seu bom desempenho relativo em variáveis como as emissões atmosféricas de partículas finas, as publicações científicas internacionais em coautoria, a proporção de Pequenas e Médias Empresas (PME) com inovação de produto ou as vendas de inovações para a empresa/mercado (em que a região se posicionou acima da média europeia) e, por outro lado, o seu desempenho relativo menos favorável em termos de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e nos serviços de conhecimento intensivo, de despesa do setor privado em I&D ou de pedidos de patentes (variáveis em que a região assumia valores abaixo de 50% da média europeia).

Pretende-se agora recuperar o estatuto anterior através do impulso transformador da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3), sendo também a primeira Prioridade Estratégica da Região, 1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação, através de objetivos como acelerar processos e dinâmicas de I&D+I, aumentando a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento sustentável; promover difusão territorial de inovação e de transferência de conhecimento e tecnologia para territórios menos competitivos.

3.3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos

A agenda temática nacional “Transição climática e sustentabilidade” prossegue dois objetivos que se complementam: contribuir para a resposta aos desafios suscitados pelas alterações climáticas, apostando no aumento da eficiência energética e no aproveitamento e no uso das energias renováveis; e, por outro lado, promover o uso eficiente e sustentável dos recursos, potenciando condições e oportunidades de geração de valor económico e de proteção ambiental. O primeiro domínio estratégico, Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética, estabelece como eixos de intervenção: promover a mobilidade sustentável; descarbonizar a indústria; promover a transição e eficiência energéticas.

Com o Plano Nacional Energia e Clima 2030, aprovado em maio de 2020, Portugal assumiu como metas para 2030, alinhadas com uma trajetória de neutralidade carbónica até 2050, as seguintes: a) reduzir entre 45% e 55% as emissões de gases com efeito de estufa, por referência às emissões registadas no ano de 2005; b) incorporar 47% de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia; c) reduzir 35% do consumo de energia primária com vista a uma melhor eficiência energética; d) atingir 15 % de interligações de eletricidade. Uma vez que os indicadores que suportam estas metas não têm desagregação regional, não nos é possível monitorizar o contributo da região nestes domínios.

Todavia, este é um domínio crucial também na região, tendo para o efeito sido estabelecida a Prioridade Estratégica 5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização, que assumiu como objetivos, entre outros, adaptar a região face à emergência climática, em articulação com agendas europeias e nacionais; desenvolver iniciativas conducentes a um novo paradigma energético, envolvendo empresas, famílias e territórios; valorizar o recurso Água, contribuindo para o planeamento da gestão dos recursos hídricos e melhorando as condições para o seu uso racional pelos vários setores; implementar a Agenda Regional para a Economia Circular; reforçar as condições infraestruturais urbanas para o incremento substancial da mobilidade sustentável, designadamente elétrica.

Em 2010, a EE2020 propunha inicialmente uma meta “20/20/20”, com o aumento da eficiência energética em 20%, redução das emissões de gases com efeito estufa em 20%, face aos níveis de 1990 (30% se as condições o permitissem) e aumento para 20% da presença de energias renováveis no consumo final bruto de energia. Algumas destas metas foram revistas, com Portugal a registar um desempenho favorável ao longo dos últimos anos, e inclusive a assumir uma meta de 31% para as energias renováveis, mais ambiciosa que a meta europeia, tendo-a superado com um resultado de 34% em 2020.

Apesar da falta de indicadores regionalizados nesta área, verifica-se que, em 2019, 63,4% da energia elétrica consumida na Região Centro era produzida através de energias renováveis, enquanto no país este peso era de 52,2%. O Centro tem vindo a consolidar-se como a segunda região com a maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia, estando o Norte em primeiro lugar. Relativamente ao consumo de energia primária, com a retoma económica aumentou sucessivamente entre 2013 e 2017, tendo vindo a recuar desde então, registando 5,9 milhões de toneladas de equivalente petrolífero (tep) em 2020, o que representa 28,8% do consumo nacional. Relativamente à quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que na Região Centro é necessário consumir mais energia primária para produzir riqueza (154 tep por milhão de euros) do que, em termos médios, no país (com 103 tep por milhão de euros).

ANEXO 1: Prioridades Estratégicas para a Região Centro no horizonte 2030

Prioridades estratégicas	Objetivos
P1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação	Acelerar processos e dinâmicas de I&D+I, aumentando a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento sustentável; Promover difusão territorial de inovação e de transferência de conhecimento e tecnologia para territórios menos competitivos; Favorecer a reindustrialização, orientada por sustentabilidade, conhecimento e emprego mais qualificado
P2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral	Reforçar condições de internacionalização da região, através do investimento em infraestruturas competitivas e sustentáveis, que permitam reduzir custos de contexto e respeitem o ambiente; Reforçar condições de coesão social e territorial através de melhorias na articulação viária; Apoiar autoridades intermunicipais de transportes na articulação regional de respostas integradas e inovadoras de interoperabilidade e intermodalidade; Promover processo transversal e abrangente de competências digitais (empresas, cidadãos, serviços públicos)
P3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional	Explorar potencial de competitividade, internacionalização e sustentabilidade das cidades que constituem o sistema urbano policêntrico; Reforçar o papel das cidades localizadas nos territórios de baixa densidade na organização e maximização de recursos e na criação de dinâmicas de resiliência demográfica; Valorizar o sistema urbano regional no planeamento e organização dos Serviços de Interesse Geral (SIG), sobretudo os que estão a ser mais impactados pela pandemia
P4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região	Identificar e hierarquizar as fragilidades dos territórios e respetivas ações de combate e mitigação, a partir da articulação de estratégias sub-regionais com a regional; Envolver e capacitar agentes do território para assegurar o acesso equitativo a SIG; Promover acolhimento e fixação de novos ativos residentes; Apostar na promoção das qualidades e potencialidades dos territórios interiores
P5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização	Adaptar a região face à emergência climática, em articulação com agendas europeias e nacionais; Implementar uma estratégia regional ambiental diferenciadora, assente em revisão profunda do ordenamento agrícola e florestal; Desenvolver iniciativas conducentes a um novo paradigma energético, envolvendo empresas, famílias e territórios; Valorizar o recurso Água, contribuindo para o planeamento da gestão dos recursos hídricos e melhorando as condições para o seu uso racional pelos vários setores; Implementar a Agenda Regional para a Economia Circular
P6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais	Definir e implementar estratégias regionais e sub-regionais de combate à exclusão social e desigualdades de grupos sociais e territórios; Desenvolver um modelo territorial flexível capaz de responder a necessidades específicas de grupos sociais e territórios, a partir da criação de referenciais de nível regional e sub-regional; Promover o acesso a serviços sociais de interesse geral (apoio social, emprego, educação, saúde, habitação social) de qualidade, em particular nos territórios mais vulneráveis
P7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral	Definir e implementar estratégias regionais e sub-regionais de educação e formação, de forma a promover uma territorialização mais eficaz de políticas e fundos mobilizáveis; Maximizar o potencial do sistema de educação e formação regional na qualificação de ativos (jovens e adultos); Reforçar as competências digitais de forma transversal
P8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional	Mobilizar todos os instrumentos de cooperação internacional e redes disponíveis a nível comunitário, incorporando orientações e prioridades da região; Dinamizar a cooperação internacional enquanto instrumento de internacionalização da região (empresas, instituições e organizações presentes na Estratégia Regional 2030); Intensificar a participação de atores e instituições regionais relevantes em mecanismos e fóruns de cooperação transfronteiriça, inter-regional e internacional

ANEXO 2: Situação das metas da Região Centro, de Portugal e da União Europeia para 2030

Indicador		Região Centro			Portugal				União Europeia
		2019	2020	2021	2019	2020	2021	Meta 2030	Meta 2030
Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho	Aprendizagem ao longo da vida								
	Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos)	7,9%	6,0%	6,6%	10,6%	8,9%	5,9%	<5%	
	Competências digitais básicas ou mais do que básicas			53,0%			55,3%	80%	80%
	População adulta com pelo menos o ensino secundário (25-64 anos)	50,6%	53,4%	56,3%	52,2%	55,4%	59,5%	70%	
	Diplomados com ensino superior ou equivalente (30-34 anos)	36,5%	33,8%	46,3%	36,2%	39,6%	43,7%	50%	
Condições de trabalho justas	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	76,5%	73,9%	75,9%	75,5%	74,2%	75,9%	80%	78%
	<i>Diferencial entre H/M</i>	7,6pp	6,1pp	6,6pp	6,9pp	5,7pp	5,9pp	<3p.p.	metade
	Taxa de jovens NEET (15-29 anos)	7,5%	9,6%	9,8%	9,2%	11,0%	9,5%	[7%-8%]	
Proteção e inclusão social	Taxa de risco de pobreza monetária para total da população	16,6%	19,9%		16,2%	18,4%		≤10%	- 15 milhões pessoas
	<i>Disparidade da taxa de pobreza regional face a PT</i>	+0,4p.p.	+1,5p.p.					<3.p.p.	
	Taxa de risco de pobreza monetária nas crianças (< 18 anos)	n.r.	n.r.	n.r.	19,1%	20,4%		9,5% (metade 2019)	- 5 milhões crianças
	Taxa de privação material específica para crianças por idade (crianças de 1 a 15 anos)	n.d.	n.d.	n.r.	n.d.	n.d.	10,7%		
	Taxa de risco de pobreza no trabalho (18+ anos)	9,7%	12,0%		9,5%	11,2%			
Sociedade do Conhecimento	Investimento em I&D em % do PIB	1,30%	1,36%	1,43%	1,40%	1,62%		3%	

Fontes: INE e Eurostat (n.r: não regionalizado; n.d. não disponível)

Atualização: 08/07/2022

